



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

AH

ARQUEOLOGIA
& HISTÓRIA

AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES



Título

Arqueologia & História

Volumes

64-65

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e João Marques

Design gráfico

Flatland Design

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

I CONGRESSO DA AAP – SESSÃO DE ABERTURA

9 Nota de abertura

António Vermelho do Corral

15 Entre a Metamorfose e a Adaptação. De Associação dos Arquitectos Cívicos Portugueses a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses (1863-1896)

Ana Cristina Martins

31 O Conde de São Januário, Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1896-1901)

João Luís Cardoso

45 Tempos de Esperança. A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a 1.ª República (1910-1926): Continuidades e Mudanças

Jorge Custódio

81 Na Intermittência do Ser e do Agir. A Associação dos Arqueólogos Portugueses no Estado Novo (1933-1963)

Ana Cristina Martins

COLÓQUIO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: DA INVESTIGAÇÃO À APRESENTAÇÃO PÚBLICA

95 Introdução

Da Valorização do Património Arqueológico Português

João António Marques

101 *A Casa dos Pintores*: do Projeto de Reabilitação à Oficina Municipal de Arqueologia de Leiria

Vânia Carvalho, Vitória Mendes, Sofia Carreira, Ana Filipa Pinhal

115 Musealização da Arte Rupestre. Do Vale do Tejo e Gestão Integrada do Território: o Projecto do Museu de Mação

Luiz Oosterbeek

125 O Museu do Teatro Romano (Lisboa): um Teatro, um Museu e um Projecto de Investigação

Lídia Fernandes

141 Conimbriga: História, Gestão e Proteção de uma Cidade Romana

Virgílio Hipólito Correia, José Ruivo

153 O Parque Arqueológico do Vale do Terva (Boticas, Portugal). História, Desenvolvimento e Desafios

Luís Fontes, Mafalda Alves

161 O Núcleo Museológico do Arrabalde Ribeirinho de Mértola

Virgílio Lopes, Lígia Rafael, Susana Gómez Martínez

171 Musealização do Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela

Isabel Cristina F. Fernandes, Maria Teresa Rosendo, Michelle Teixeira Santos

183 Panóias – de Fragas a Santuário. O que Mostrar? E a Quem?

Isabel Freitas, Herculano Mesquita, Fernando Pádua, Orlando Sousa

191 Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros: da Intervenção à Investigação, Gestão e Apresentação Pública

Jacinta Bugalhão, Cristina Gameiro, Andrea Martins, Ana Filipa Braz

- 203 O Castelo de S. Jorge de Lisboa – Escavação, Musealização e Gestão de Património
Alexandra Gaspar, Ana Gomes, Teresa Oliveira, Susana Serra
- 217 Resumos das Comunicações não remetidas

RELATÓRIOS

- 223 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório da Direcção – 2012
José Morais Arnaud
- 227 Relatório de Actividades da Direcção da AAP – 2013
José Morais Arnaud
- 231 Relatório de Actividades da Secção de Pré-História – Anos Associativos 2012 e 2013
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 235 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2012. Plano de Actividades para o Ano 2013
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 237 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2013. Plano de Actividades para o Ano 2014
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 241 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Actividades Coordenadas pela Área da Conservação em 2012
Célia Nunes Pereira
- 247 Museu Arqueológico do Carmo / Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório das Actividades Desenvolvidas pela Área da Conservação em 2013
Célia Nunes Pereira

CONIMBRIGA: HISTÓRIA, GESTÃO E PROTEÇÃO DE UMA CIDADE ROMANA¹

Virgílio Hipólito Correia¹, José Ruivo²

¹ Museu Monográfico de Conimbriga e Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Investigador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto / diretor@mmconimbriga.dgpc.pt.

² Museu Monográfico de Conimbriga / Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra / jruivo@mmconimbriga.dgpc.pt

Resumo

Apresenta-se um resumo da evolução histórica de Conimbriga enquanto sítio aberto ao público e instituição de gestão do património, colocando em contexto as práticas de gestão levadas a cabo.

É também feita uma apresentação das intervenções recentes e dos projetos futuros.

Palavras-chave: Conimbriga, Gestão do Património, Conservação.

Abstract

A brief summary of the historic evolution of Conimbriga as a site open to the public and a heritage management institution is made and the current management practices are put in context.

A presentation of recent interventions and future projects is also made.

Keywords: Conimbriga, Heritage Management, Conservation.

¹ As ideias aqui publicadas têm sido frequentemente discutidas pelos autores em encontros técnicos e foros de vária ordem, designadamente o Intensive Programme on Total Quality Heritage Management, no Instituto Politécnico de Tomar (Mação, 5/3/2008); o Encontro Entremargens, na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (28/5/2008); uma Conferência no Mestrado em Conservação e Restauro Faculdade de Letras/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Coimbra, 4/12/2008); uma Conferência no Curso de Turismo da Escola Superior Agrária de Coimbra (26/5/2010); o I^o Workshop “Los Bañales”(Uncastillo, 23/3/2012) – por Virgílio Hipólito Correia – e o Encontro El Patrimonio Arqueológico en el Valle Miñor y Baixo Miño, na Universidad Internacional Menendez Pelayo (Gondomar, Pontevedra, 8/5/2009) – por José Ruivo. A última apresentação, no Colóquio Património Arqueológico: da investigação à apresentação pública, Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 28/9/2013, por VHC) deu oportunidade à presente publicação, pelo que os autores desejam agradecer à AAP.

1. INTRODUÇÃO

Situada no centro do país, Conimbriga é uma das cidades romanas melhor conhecidas da Península Ibérica e uma referência incontornável para os estudiosos do urbanismo e da arquitectura do período romano.

Num curto apanhado das principais interven-

ções realizadas em Conimbriga, não deixa de ser surpreendente o facto de, não obstante as ruínas de Conimbriga surgirem referidas na bibliografia deste o século XVI, o início das escavações sistemáticas na cidade ter ocorrido apenas em 1929.

No quadro seguinte traçamos uma breve sinopse de alguns dos passos mais relevantes do percurso de Conimbriga na sua história (relativamente) recente:

1873	Primeiras sondagens realizadas pelo Instituto de Coimbra
1899	Primeiras escavações de vulto, promovidas pelo Instituto sob o patrocínio da Rainha D. Amélia
1910	O sítio é classificado como Monumento Nacional
1929	Por ocasião do XI Congresso Internacional de Antropologia e Pré-História, procede-se à aquisição dos primeiros terrenos e inicia-se a escavação sistemática da cidade, sob a direcção de Vergílio Correia
1940-1950	Reconstituição e consolidação das ruínas, sob a égide da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Figura 15)
1962	Inauguração do Museu Monográfico de Conimbriga
1964-1977/9	Escavações luso-francesas e publicação dos respectivos relatórios, construindo-se a primeira síntese histórica indispensável à compreensão da cidade (ALARCÃO e ETIENNE 1974-1979: Figura 16)
1980	Remodelação e ampliação do Museu e transferência da tutela do Museu e Ruínas para o Instituto Português do Património Cultural (IPPC)
1993	Transferência da tutela do IPPC para o Instituto Português de Museus, actualmente IMC, IP
2005-6	Remodelação do Forum, das termas trajánicas e das termas do aqueduto

Do ponto de vista arqueológico, e não obstante as numerosas lacunas de conhecimento que continuam por preencher, os trabalhos realizados durante de mais de um século forneceram elementos que permitem traçar de forma genérica a evolução do povoado entre o Bronze Final e a Idade Média, com particular destaque para a época romana imperial.

2. A GESTÃO DE CONIMBRIGA

Como já foi referido em várias ocasiões, compete ao Museu Monográfico de Conimbriga a gestão directa do sítio arqueológico (Figura 1). A sua missão institucional tem como pontos basilares os seguintes:

- a)** assegurar a protecção e a conservação das ruínas e promover a sua exposição pública;
- b)** promover e prosseguir a investigação arqueológica sobre o sítio;
- c)** prestar serviços ao público no domínio da conservação e restauro;

d) contribuir para a gestão do território e para o desenvolvimento local.

a) A protecção e salvaguarda das ruínas de Conimbriga é assegurada por dois importantes instrumentos de gestão: a declaração de Monumento Nacional (Decreto de 16/10/1910) e a existência de uma zona de protecção (Portaria de 12/11/1971). Está ainda em curso um programa de aquisições de terrenos que, a ser bem sucedido, garantirá que a quase totalidade da área arqueológica de Conimbriga seja incorporada no domínio público, eliminando assim quase por completo algumas das ameaças que ainda pendem sobre parte dos vestígios mais importantes da cidade, como é o caso do anfiteatro (cf. *infra* 4.3. Os Projectos Futuros).

A conservação das ruínas está a cargo do laboratório de conservação e restauro do Museu, responsável pela conservação (preventiva e curativa) e pelos trabalhos de restauro. A conservação é,



Figura 1 – Planta geral de Conimbriga,
© Cruz & Alarcão – MMC/DGPC

actualmente, um dos problemas mais complexos em termos de gestão das ruínas. São bem claras as especificidades de um estabelecimento arqueológico ao ar livre, onde estão presentes estruturas construídas em alvenaria, revestimentos a estuque (por vezes ainda com pintura), pavimentos musivos, etc., sujeitos aos agentes atmosféricos e a amplitudes térmicas que ultrapassam por vezes os 30°C.

Por outro lado, uma intervenção como a realizada na Casa dos Repuxos, na qual foi colocada uma cobertura com o intuito de proteger os pavimentos, as estruturas e os revestimentos, respondeu de forma relativamente satisfatória a algumas destas necessidades mas trouxe consigo outros problemas: desde logo o impacto visual da estrutura, extremamente impositiva (Figura 17), e, mais recentemente, o aparecimento de patologias associadas à degradação da cobertura, nomeadamente o aparecimento de líquenes e as provocadas por infiltrações de águas pluviais (SALES 2006 110-116).

No que respeita à exposição pública das ruínas, há que ter presente que a captação de visitantes esteve, desde um primeiro momento, entre os objectivos pretendidos para o local: por meados do século passado Conimbriga integrava os roteiros turísticos promovidos e divulgados pelo então Secretariado Nacional da Informação, Turismo e Cultura Popular (S.N.I.), e a sua ligação umbilical à Universidade de

Coimbra promoveu o local como ponto de passagem e motivo central de atracção para visitas escolares provindas de todo o país, constituindo desde logo a coluna dorsal dos movimentos de público (OLIVEIRA 2004).

Importa, todavia, separar dois planos: o das intenções oficiais das entidades públicas de tutela – pautados com frequência por uma completa vacuidade – e o conjunto de intenções perseguidas por um conjunto apreciavelmente coeso de responsáveis e colaboradores técnicos da instituição no último meio século.

Neste segundo plano, podemos porventura encontrar o que tem sido uma “visão” para Conimbriga, primeiro enunciada por J. M. Bairrão Oleiro (OLEIRO 1952) e a partir daí perseguida por sucessivas gerações até à equipa em que os autores deste texto se integram:

- Conimbriga é a primeira estação arqueológica do país, pela sua importância histórica, pela extensão em que é conhecida e pela sua imagem junto do público em geral. Pode ser a sede da principal escola de Arqueologia Clássica em Portugal, em estreita colaboração com a Universidade, e deve estender o seu impacto cultural ainda além desse âmbito, pois a demonstração do valor cultural e social do Património deve ser geradora de experiências, se-

melhantes ou mais avançadas, noutros pontos do país.

Os elementos essenciais desta visão radicam portanto em vários campos indissociáveis: na conservação, na investigação e num espírito de missão, de serviço público, que se quer desenvolvido. Infelizmente, e em detrimento daqueles objectivos, somos com frequência confrontados com uma certa tendência para a sobrevalorização do elemento turístico medido pelo único indicador (rudimentar, diga-se de passagem) do número de visitantes. Na realidade, será porventura mais interessante e certamente muitíssimo mais proveitoso pensar numa atracção turística dirigida a um público interessado no chamado “turismo cultural”, neste caso na vertente mais específica de turismo de ciência e, também, num turismo de natureza, do que, como comumente sucede, estar psicologicamente dependente da próxima leva maciça de excursionistas.

Os objectivos perseguidos em Conimbriga resumem-se, pois, em atrair públicos diversos, interessados num local de cultura, e atraí-los através do desenvolvimento e publicitação de um projecto cultural de longo alcance, onde a Conservação do Património e a divulgação do Conhecimento através da Investigação Arqueológica se cruzam com o Desenvolvimento Local Sustentável, condição *sine qua non* do sucesso do projecto e, no limite, do valor social que esse projecto pode ter, e deve ter, numa sociedade democrática (ALARCÃO e CORREIA 2004).

Conimbriga é, hoje, o sítio arqueológico mais visitado em Portugal estimando-se que, desde a sua abertura ao público em meados do século passado, tenha recebido vários milhões de visitantes, a um ritmo que tem oscilado geralmente entre os cerca de 100.000 e os cerca de 150.000 visitantes/ano, embora seja visível uma tendência marcadamente descendente ao longo da última década (Figura 2).

Não é difícil associar as fases de crescimento/diminuição de público a ciclos de crescimento/depressão económica, a acontecimentos culturais relevantes (o pico no número de visitantes é atingido em 1999, no rescaldo da Expo 98; mais recentemente,

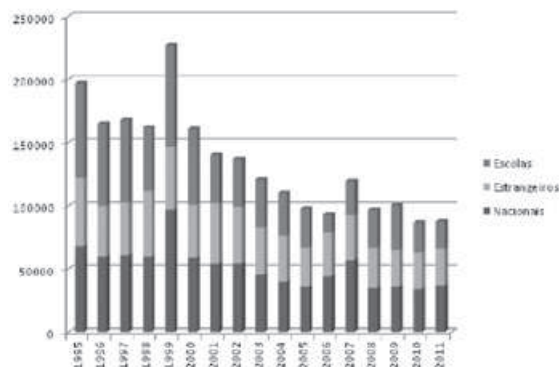


Figura 2 – Evolução dos volumes de público de Conimbriga entre 1995 e 2011.

o pico de 2007 foi consequência do concurso televisivo *As sete maravilhas de Portugal*, promovido pelo canal privado TVI, ao qual Conimbriga era um dos candidatos) ou a problemas conjunturais da própria instituição (as quedas de 2003-2004 foram acentuadas pela inexistência de um horário de Verão, o que reduziu em 2 horas diárias o período de visita entre Maio e Setembro).

Manifestando a redução de públicos uma tendência de cariz vincadamente transversal, pois que afecta todos os tipos de público, nota-se uma quebra muito significativa ao nível do público escolar, à qual não serão alheios diversos factores, que se interpenetram:

- redução do número de escolas e de alunos em idade escolar (factor demográfico), bem como redução proporcionalmente ainda mais sensível do número de alunos dos ensinos Secundário e Universitário a frequentar as áreas de Humanidades;
 - agravamento dos problemas estruturais das escolas que, associada à crise económica das famílias, leva à redução do número de visitas escolares e ao encurtamento do seu aro geográfico;
 - aumento da concorrência dos museus locais, sobretudo associados às autarquias, muitos dos quais de criação ou remodelação recente, oferecendo uma vasta gama de recursos educativos ou a fruição de outras vertentes patrimoniais.
- Impõe-se, portanto, a adopção de novas estratégias de captação de públicos, associadas ao in-

vestimento na valorização do sítio (nomeadamente em projectos infraestruturais, equipamentos, etc.), na diversificação da oferta cultural, na divulgação e promoção, na informação e nos serviços prestados ao visitante, na formação de pessoal, etc.

b) Naturalmente, um dos elementos essenciais na estratégia de desenvolvimento do projecto de Conimbriga assenta na investigação arqueológica do núcleo urbano: o seu contributo permite a exposição de novas áreas ao público, enriquece o acervo museológico da instituição, promove a consciência pública sobre o local e aumenta o prestígio científico e académico da instituição. A investigação é, portanto, um *pivot* fundamental da actividade do Museu (Figura 3).



Figura 3 – Sondagem arqueológica a Norte do fórum, zona preferencial de desenvolvimento da investigação arqueológica em Conimbriga na actualidade.

De 1996 para cá, Conimbriga está a atravessar um período de desenvolvimento da investigação dotado de uma dinâmica sem paralelo desde os anos sessenta do século passado. Esta investigação tem sido enquadrada pelo Museu Monográfico numa perspectiva de grande abertura a projectos externos, de promoção dos projectos internos mais promissores e de uma política fortemente activa de procura de colaborações (com investigadores individuais, com centros de investigação e com departamentos universitários) no sentido de se avançar de forma sistemática no conhecimento da cidade romana e na sua evolução posterior.

Três campos de estudo têm sido especialmente visitados: i) a caracterização histórico-arqueológica de Conimbriga e das suas realidades ao longo da história; ii) o enquadramento da Conimbriga romana dentro da realidade provincial da Lusitânia; iii) o tratamento do sítio arqueológico enquanto entidade patrimonial e centro cultural.

Os resultados nestas distintas áreas são muito variados:

- A caracterização histórico-arqueológica de Conimbriga e das suas realidades ao longo da história foi recentemente objecto de teses de mestrado dizendo respeito quer aos aspectos arquitectónicos e de povoamento, quer aos estudos de materiais, tanto do ponto de vista tradicional, tipológico e quantitativo, quanto de pontos de vista mais ligados à indagação físico-química de processos de fabrico e proveniências.
- O enquadramento da Conimbriga romana dentro da realidade provincial da Lusitânia, tem contado ainda com uma parceria existente entre o Museu e as principais instituições arqueológicas de Mérida, antiga capital da Lusitânia, que são o Museo Nacional da Arte Romano, o Instituto de Arqueologia de Mérida (CSIC) e o Consórcio da Cidade Monumental. Esta colaboração conduziu ao desenvolvimento, com sucesso de projectos de investigação sobre a numismática da Lusitânia, sobre as defesas tardias das cidades da província romana, estando em curso outros ligados à engenharia hidráulica e aos materiais de construção.
- O tratamento do sítio arqueológico enquanto entidade patrimonial e centro cultural, quer do ponto de vista da sua conservação, quer do da sua apresentação pública (campo, por sua vez, polifacetado), está também a ser objecto de investigação académica. Isto acontece tanto a nível de mestrados, como a nível de dissertações de doutoramento.

Este quadro geral reúne, no seu conjunto, vinte investigadores (cinco dos quais funcionários do Museu), autores de doze dissertações de mestrado e

dez projectos de doutoramento, enquadrados em seis departamentos universitários distintos, tendo como traço comum Conimbriga como objecto de estudo ou como amostra representativa de primeira grandeza (como é o caso nos projectos cuja área de delimitação é a Lusitânia), e haveria ainda que adicionar outros projectos em embrião, ou já em curso mas com distintos enquadramentos académicos. Tratar-se-á, porventura, do principal *cluster* de investigação em curso, neste momento, na Arqueologia portuguesa.

O factor crítico de sucesso do desenvolvimento desta estratégia está, obviamente, na transformação deste vector de crescimento num produto acessível ao público. Dito de outra forma, está na capacidade de fazer de um Museu de Sítio Arqueológico, não uma Ruína Romântica, não um Museu Etnográfico de uma sociedade desaparecida, não um Museu de Artes Decorativas de artistas anónimos, como são frequentemente os Museus de Arqueologia, mas um Museu de Ciência: a Arqueologia é uma Ciência; a sua Museologia é necessariamente uma Museologia do Conhecimento.

Isto far-se-á, em prazos a definir, por meio de dois instrumentos: uma estratégia de comunicação e uma reformulação das infraestruturas museológicas de Conimbriga, que não conhecem alteração estruturante desde 1962.

c) desde a sua criação, o Laboratório de Conservação e Restauro de Conimbriga tem sido responsável pela prestação ao público de serviços de conservação e restauro, sobretudo a clientes institucionais, entre os quais se contam museus, autarquias e serviços dependentes do Estado.

No âmbito da autonomia financeira que foi concedida a várias instituições públicas durante o período de vigência da lei orgânica do Instituto dos Museus e Conservação, I.P. (Dec.-Lei 97/2007 de 29 de Março, revogado pelo Dec.-Lei nº 115/2012, de 25 de Maio, que criou a DGPC), o pagamento recebido a troco da realização de trabalhos de conservação e restauro para outras entidades passa a constituir receita própria do Museu tendo-se tor-

nado, efectivamente, na sua mais importante fonte de financiamento logo a seguir ao Orçamento de Estado. A situação sofreu naturalmente um retrocesso cujas consequências não podem ainda ser completamente determinadas.

d) ao mesmo tempo, o Museu Monográfico de Conimbriga assume-se como um instrumento de gestão do território envolvente e como pólo de desenvolvimento local sustentável cumprindo, desta forma, uma função social, económica e cultural (cfr. *infra* 4.3, Projecto 3.3)

4. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO MUSEU E NAS RUÍNAS

O factor crítico de sucesso do desenvolvimento da museologia de Conimbriga, como museologia de ciência está, como se disse, na articulação dos projectos de investigação com uma iniciativa abrangente no âmbito da comunicação educacional e na promoção. Projectos e iniciativa, no entanto, não dispensam um investimento infraestrutural importante, cujas linhas mestras foram identificadas em 1954 e que têm sido sucessivamente reclamadas e repropostas desde 1962, mas que se fazem ainda esperar. Diga-se que, individualmente consideradas todas as especificidades da gestão pública, a maior delas é sem dúvida a imponderabilidade das decisões de investimento, dependente como está, regra geral, de considerações políticas cuja fundamentação nem sempre é evidente.

4.1. A intervenção recente

Nas últimas décadas o investimento em Conimbriga tem vindo a ser realizado com recurso a financiamentos comunitários. Neste âmbito destacou-se o investimento levado a cabo dentro do III Quadro Comunitário de Apoio, que permitiu concluir a primeira fase de intervenção em Conimbriga, a da consolidação da área arqueológica escavada desde os anos 40, com especial relevo para a que foi posta a descoberto pelas escavações luso-francesas de 1964-1971. A ausência de uma verdadeira perspec-

tiva de valorização associada ao projecto da missão luso-francesa teve como consequências que, mais de uma década depois de terminadas as escavações, não existisse ainda um projecto para a abertura ao público da área escavada e que se tenha celebrado o trigésimo (!) aniversário das escavações sem que esse projecto estivesse consolidado.

Só entre 1999 e 2001 se criaram as condições para se lançar o projecto cujos primeiros passos se tinham dado em 1994: com sessenta anos de intervalo a área aberta ao público em Conimbriga crescia finalmente (mais do que duplicava) para permitir a missão essencial da instituição: a fruição dos vestígios do passado expostos pelo labor dos arqueólogos. Paralelamente, tomaram-se a nível da Tutela as decisões conducentes ao desenvolvimento do programa geral de intervenção, esperando-se que o processo possa decorrer agora com maior celeridade.

A primeira fase da intervenção em Conimbriga (Figura 4) consistiu essencialmente na obra de conservação e valorização de alguns dos monumentos mais emblemáticos da cidade romana – *forum*, *termas do sul* e *termas do aqueduto* – e respondeu a três pontos programáticos essenciais:

- proteger adequadamente os vestígios do povoado pré-romano. Foi julgado importante para o discurso museológico a desenvolver nas Ruínas a valorização desses vestígios enquanto testemunho diacrónico da presença humana e do aspecto propriamente urbano de um local habitado ao longo de um espaço plurigeracional, na verdade até pluricivilizacional, elemento muitas vezes ausente do discurso histórico feito a propósito de sítios arqueológicos;



Figura 4 – Intervenção de conservação e valorização no fórum de Conimbriga (Projecto Cruz & Alarcão 1994). © Humberto Rendeiro – MMC/DGPC

– tratar, do ponto de vista arquitectónico, as coberturas de protecção dos vestígios pré-romanos e a sua relação com os monumentos flavianos, dando a estes a necessária expressão plástica; o exemplo da cobertura da Casa dos Repuxos, na medida em que estabelece um corte com a sua envolvente patrimonial e natural, é bem demonstrativo da potencial perturbação à fruição e à leitura que esse tipo de soluções acarreta. Foi, portanto, indispensável encarar uma intervenção global nos monumentos, necessariamente adaptada às suas dimensões e ao seu carácter monumental intrínseco; a monumentalidade da intervenção foi, assim, de natureza propriamente programática e não é acidental;

– adicionar valências adequadas à situação actual do sítio, do ponto de vista cultural e sociológico. Conimbriga é, actualmente, tanto um sítio arqueológico como um centro cultural *tout court*. Ainda que não esteja neste momento acessível nenhum edifício de espectáculos antigos da cidade, as solicitações feitas ao sítio obrigam a uma consideração ponderada das indicações da Carta de Verona e da Declaração de Segesta, e as intervenções desenvolvidas nestes parâmetros têm de acontecer, como é óbvio, no respeito completo pela natureza do sítio arqueológico e dos vários espaços que o compõem.

É ainda cedo para avaliar completamente do impacto que esta intervenção notável – e pioneira – está a ter no património de Conimbriga. Desde já, uma indicação importante: apesar de ter sido alvo de alguma contestação no meio arqueológico, a intervenção revelou-se um sucesso junto do público em geral.

4.2. As intenções de base do Desenvolvimento Infraestrutural do Programa Museológico de Conimbriga

A intervenção levada a cabo de 1999 a 2004 deve considerar-se uma primeira fase de um programa mais geral (Figura 5). Os elementos essenciais desse quadro geral de desenvolvimento infraestrutural do programa museológico de Conimbriga são, quanto a nós, os seguintes:



Figura 5 – Projecto de Desenvolvimento Infraestrutural do programa Museológico de Conimbriga. Planta de síntese.

a) a expansão do perímetro das Ruínas para os seus limites naturais, que correspondem aos limites antigos da cidade;

b) o tratamento de todo o espaço aberto ao público com uma linguagem arquitectónica reconhecidamente unitária;

Para além destes elementos, é necessário qualificar todo o espaço envolvente por forma a criar:

c) espaços para a realização de uma gama vasta de actividades culturais dentro do perímetro arqueológico;

d) condições de fruição das áreas monumentais da cidade, mediante a integração dos principais monumentos no percurso aberto ao público;

e) fluidez de circulação entre o Parque e o espaço urbano envolvente, como forma de potenciar o impacto turístico no tecido socioeconómico local.

Estes elementos devem proporcionar os requisitos para receber um volume de visitantes acrescido, promover o aumento do tempo de permanência média do visitante, instalar os dispositivos capazes de proporcionar uma visita onde pontifiquem aspectos como o conforto, a informação e a diversificação de percursos, melhorar as condições de conservação e manutenção das Ruínas, do conjunto do perímetro arqueológico e das áreas envolventes e as condições técnicas de operação dos serviços técnicos do Museu.

4.3. Os projectos futuros

Foi intenção do Museu criar condições para, no âmbito do 4º Quadro de Referência Nacional, se desencadear a segunda fase de intervenção em Conimbriga, que chegou a contar com financiamento aprovado em 2009 através do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE). Os objectivos primordiais eram os seguintes:

- 1) a promoção do perímetro arqueológico enquanto parque urbano;
- 2) o reforço da imagem patrimonial e atracção de públicos;
- 3) a valorização de activos e atracção e fixação de recursos qualificados.

Relativamente ao primeiro dos objectivos perseguidos, foram propostos os seguintes projectos:

- Projecto 1.1 – Expropriações e consolidação do parque arqueológico: visa-se a efectiva salvaguarda dos vestígios arqueológicos da cidade romana, eliminando uma vasta gama de ameaças ao seu património, permitindo a gestão dos novos espaços pelo Museu e criando as condições necessárias à expansão do Projecto Museológico de Conimbriga, nomeadamente no que diz respeito à área do anfiteatro. Foi já desencadeado o processo de aquisição de cerca de cerca de cinco hectares de terrenos privados;
- Projecto 1.2 – Integração do vale norte no circui-

to de visita: condicionado ao processo de aquisições, contempla a valorização desta parte da área monumental da cidade, através da criação de um percurso que irá da Casa dos Repuxos ao Anfiteatro, colocando em evidência espaços como o viaduto, o moinho e o lagar, hoje praticamente afastados dos olhares do público;

Projecto 1.3 – Criação do pólo museológico de Condeixa-a-Velha: contempla a recepção de visitantes nas entradas do anfiteatro e a instalação dos serviços de extensão cultural nos dois prédios situados sobre as galerias da entrada poente do edifício, entretanto adquiridos pelo Museu, bem como noutros cuja aquisição já foi proposta superiormente, que funcionariam como pequenos espaços de exposições temporárias e de apoio a escavações e à manutenção do anfiteatro;

Projecto 1.4 – Acessibilidades internas e melhoria das condições de acolhimento: a sua implementação estará associada à elaboração de um projecto geral de paisagismo, à criação de condições de acessibilidade na visita de toda a área escavada e à criação de mais espaços de entrada e circulação na zona envolvente do perímetro arqueológico, bem como à renovação de alguns dos já existentes;

Projecto 1.5 – Nova oficina de mosaicos: decorre da necessidade urgente de retirar a oficina de restauro de mosaicos do perímetro arqueológico, considerando o seu impacto visual absolutamente negativo para o público e a falta de condições de trabalho que proporciona.

No quadro do segundo objectivo, o do reforço da imagem patrimonial e atracção de públicos, seleccionaram-se os seguintes projectos:

Projecto 2.1 – Criação de um Sistema de Informação Geográfica: o programa de comunicação de Conimbriga necessita de uma solução baseada nas mais recentes tecnologias utilizadas no desenvolvimento de Sistemas de Informação, Bases de Dados e Sistema de Informação Geográfica. O Sistema de Informação base deverá

ser capaz organizar e de armazenar a informação numa Base de Dados e apresentá-la da forma mais adequada aos objectivos informativos/promocionais, educativos e científicos do Museu Monográfico de Conimbriga;

Projecto 2.2 – Maquete electrónica de Conimbriga: a modelação dará lugar à elaboração de animações em formato digital, as quais serão desenhadas e processadas de acordo com os guiões dos conteúdos, no que constitui a narrativa que se pretende transmitir aos visitantes. Com a elaboração dos guiões e conteúdo final dos programas proceder-se-á à edição audiovisual multimédia dos programas propriamente ditos, os quais serão transpostos para DVD, sendo esta a forma final do produto;

Projecto 2.3 – Modernização do auditório: as crescentes solicitações de utilização do auditório aconselham a aproveitar a oportunidade para o seu reequipamento por meios digitais. Isto incluiria projector de LCD, hardware próprio e possibilidades de ligação *on-line* e video-conferência;

Projecto 2.4 – Sala de exposições temporárias: decorre da necessidade de dotar o Museu de um grande espaço expositivo que permita não só quebrar a rotina da exposição permanente (sem qualquer alteração de há três décadas a esta parte) mas, beneficiando de diversas sinergias, diversificar a oferta cultural aos visitantes, aumentar a visibilidade do trabalho arqueológico e de investigação produzido na instituição, colaborar mais activamente com outros Museus e instituições na realização exposições com carácter itinerante, etc.

Finalmente, em relação ao terceiro objectivo - dirigido à valorização de activos e atracção e fixação de recursos qualificados - e que é, potencialmente, um dos mais fortemente reprodutores no tecido social envolvente, apresentaram-se os seguintes projectos de investigação:

Projecto 3.1 – Investigação e reabilitação dos edifícios de espectáculo da cidade: condiciona-

do ao processo de aquisição de terrenos a que já se aludiu;

Projecto 3.2 – Intervenção no sector a Norte do *forum* com novos processos de registo: a característica singular de Conimbriga, no panorama das cidades romanas da Lusitânia de dimensão e importância comparáveis, é a sua desertificação no período medieval. A deterioração da conformação urbana de Conimbriga e a degradação do padrão romano de ocupação do espaço até à transformação do que fora uma cidade habitada por alguns milhares de pessoas em campos de cultivo é, presentemente, um dos mais aliantes campos de investigação em aberto;

Projecto 3.3 – Caracterização do território do *oppidum* e valorização dos seus núcleos: a parte portuguesa da província da Lusitânia não dispõe, em nenhuma zona atribuível ao território de um núcleo urbano, de um conjunto de dados arqueológicos consistentes sobre o que foi a ocupação do entorno rural desses núcleos. A principal condicionante do presente projecto é, de facto, o seu ineditismo.

Este projecto pretende ser um instrumento de criação de conhecimento científico actualizado sobre as relações cidade/campo no mundo romano, transformando esse conhecimento em recurso cultural que, no presente, contribua para o desenvolvimento sustentado das comunidades que actualmente ocupam o território em questão, valorizando o património local e potenciando o desenvolvimento económico da região.

As condições económicas e políticas que o país está a atravessar, especialmente a partir de 2010, inviabilizaram o desenvolvimento destes projectos no quadro temporal previsto. Mas, como diz o povo: "A esperança é a última a morrer".

4.3.1. Um novo Museu?

Finalmente, uma terceira fase de intervenção em Conimbriga passará um dia, necessariamente, por uma profunda remodelação do Museu Monográfico ou, numa visão mais pragmática – tanto em termos de eficácia, como de custos associados –,

pela construção de raiz de um novo Museu, com um contributo arquitectónico que lhe adicione uma valência e um motivo de interesse suplementar, que a actual arquitectura está longe de oferecer.

O edifício do Museu Monográfico de Conimbriga é um edifício de cariz utilitário de inícios dos anos 60 do século XX profundamente transformado no final dos anos 70 por uma obra que lhe conferiu um carácter híbrido, desprovido de interesse histórico-artístico, hoje funcionalmente insuficiente e em acelerada degradação.

A programação deste futuro Museu será, indiscutivelmente, um desafio. Nos dias que correm os Museus em geral encontram-se numa conjuntura de profunda mudança, que lhes coloca importantes reptos na resposta à criação de novas condições estruturais para o desenvolvimento e implementação do seu papel social: o de lugares de memória e de instituições de conservação dos vestígios do passado. No mundo em que vivemos este desafio coloca-se nos seguintes termos: ou os Museus têm a capacidade de se tornar parceiros dinâmicos e agentes da evolução da comunidade em que se inserem, afirmando a necessidade e a urgência do seu papel cultural e educacional, ou esse papel será remetido à irrelevância, desmembrado no processo conflitual que preside a toda a construção social, política e ideológica moderna. É na afirmação desta ruptura com a concepção tradicional do Museu – enquanto instituição de grande estabilidade, de processo de intervenção social pré-estabelecido e sempre modesto no timbre e volume da sua intervenção pública – que reside em boa medida a essência da nossa proposta.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, A. (1989), "O sítio de Conimbriga e o seu Museu Monográfico". *Museum*, 161 (1), pp. 22-24.

ALARCÃO, A. e CORREIA, V. H. (2004), "Conimbriga – Investigação, salvaguarda e apresentação. Programas e projectos". Apêndice a CORREIA, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga*, Lisboa, Ed. Âncora/Liga de Amigos de Conimbriga, pp. 120-128.

ALARCÃO, J. e ETIENNE, R. (dir.) (1974-1979), *Fouilles de Conimbriga*, 7 vols., Paris, M.A.F.P. / Conimbriga, M.M.C.

ALARCÃO, P. (2006), "Conservação e valorização em Conimbriga: projectos e obras". *Monumentos*, nº 25, pp. 208-213.

CORREIA, V. H. (1993), "Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Mondego", *Actas do Colóquio Os Fenícios no território Português, Estudos Orientais*, 4, pp. 229-283.

CORREIA, V. H. (2001), "Conservação e Musealização em Conimbriga: virtudes e dificuldades de duas abordagens conflituais", in *Conservação + Intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos*, Porto, Un. Portucalense, pp. 85-93.

CORREIA, V. H. (2002), "Tecnologia de Informação aplicada à Arqueologia", *Al-Madan*, 2ª s., nº 11, p. 241.

CORREIA, V. H. (2003), *Conimbriga. Guia das Ruínas*, Lisboa, IMC.

CORREIA, V. H. (2008), "Conimbriga: oitenta anos de um projecto". *Al-Madan*, 2ª s., nº 16, pp. 71-81.

CORREIA, V. H. (2012), *A memória das pedras*, Conimbriga, MMC.

CORREIA, V. H. e ALARCÃO, P. (2008), "Conimbriga: Um ensaio de topografia histórica". *Conimbriga*, 47, pp. 31-46.

DE MAN, A. (2006), *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Ed. Sílabo.

DGEMN, 1948: "Ruínas de Conimbriga". *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 52-53.

OLEIRO, J. M. B. (1952), "Conimbriga e alguns dos seus problemas". *Humanitas*, 4, pp. 32-42.

OLIVEIRA, J. D. (2004), *A política museológica do Estado Novo. O caso de Conimbriga*, Coimbra (Relatório no âmbito do mestrado em História Contemporânea, policopiado).

SALES, P. M. M. L. (2006), *A Casa dos Repuxos de Conimbriga. Evolução das soluções de reabilitação, conservação e restauro*, Porto (dissertação de mestrado em Reabilitação do Património Edificado, policopiada).